

Corte de investimentos em políticas sociais é a marca do atual governo

Os cortes de investimentos em políticas públicas tem sido a marca do atual Governo Federal. Enquanto o 7 de setembro era comemorado como um grande ato eleitoral, o governo promoveu um corte de 59% dos recursos para o programa Farmácia Popular. Antes, já havia feito um corte drástico de investimentos em áreas como a Educação, Saúde e Ciência e Tecnologia.

A ideia é liberar mais dinheiro para deputados e senadores via Orçamento Secreto. O Orçamento Secreto é o mecanismo criado pelo governo e parlamentares que permite a liberação de milhões de reais sem controle do dinheiro ou transparência, e é comandado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), chefe do Centrão e um dos aliados mais fiéis do presidente.

O Farmácia Popular atende em todo o país mais de 21 milhões de pessoas. Com a decisão do presidente, brasileiros e brasileiras, em especial os mais pobres, podem ficar sem os remédios para asma, hipertensão e diabetes, entre outros, distribuídos de graça pelo “Farmácia Popular”. Em 2022, o orçamento do Farmácia Popular era de R\$ 2,04 bilhões. Já no projeto de 2023, o governo previu R\$ 842 milhões: corte de R\$ 1,2 bilhão.

Auxílio Emergencial pode ser de R\$ 405

E os cortes não ficaram apenas aí! Realmente é fato. Caso permaneça no poder, o atual governo não irá manter o Auxílio Emergencial em R\$ 600 no ano que vem. Apesar das promessas de campanha eleitoral, o governo tomou duas medidas, contidas no Orçamento da União para 2023,

enviado ao Congresso Nacional, que desmentem a afirmação.

No documento enviado ao Congresso, o valor previsto para o Auxílio Brasil no ano que vem é de apenas R\$ 405. Importante lembrar que Bolsonaro sempre foi contra o valor de R\$ 600, que só foi aprovado graças ao empenho dos partidos de esquerda no Congresso Nacional. Além disso, o governo cortou 95% da verba do Sistema Único de Assistência Social (Suas). O orçamento deste ano do Suas ficou em R\$ 967,3 milhões. Em 2023, será de apenas R\$ 48,3 milhões.

O Suas é responsável pela rede de atendimento aos vulneráveis nos municípios. É o Suas que cuida da gestão do Cadastro Único (CadÚnico). Por isso, ele é o primeiro lugar que as milhares de famílias na miséria procuram para se cadastrar e receber o Auxílio Brasil e outros benefícios, como o vale-gás. Ou seja: o corte de recursos vai inviabilizar o atendimento a essa parcela da população. É o fim do programa.

Nos últimos meses, os vulneráveis dormiram vários dias ao relento sem conseguir uma senha para serem atendidos e se inscrever ou atualizar os dados no sistema. Enfrentaram filas enormes, frio e chuva. Isso em diversas cidades do Brasil. Atualmente, existem 35 milhões de famílias de baixa renda no país. Muitas delas estão na fila de espera para se inscrever no CADÚnico.

O programa Criança Feliz também teve um corte substancial.



O governo destinou apenas 50% do valor deste ano. De R\$ 451 milhões, o programa terá apenas R\$ 225,5 milhões, em 2023. O Criança Feliz é destinado aos filhos de até 3 anos de beneficiários do Auxílio Brasil e de até 6 anos de quem recebe o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

O corte é geral

Na proteção social básica o orçamento prevê para o Cras apenas R\$ 31,9 milhões a serem distribuídos a 5.530 unidades, o que dá R\$ 5,8 mil para atender o ano inteiro. Para o financiamento do Cras estão previstos R\$ 16,4 milhões para as 2.824 unidades, o que corresponde também a apenas R\$ 5,8 mil para cada uma.

Os cortes também afetam o programa voltado à aquisição e distribuição de alimentos da agricultura familiar. De R\$ 101,7 milhões, o valor caiu para R\$ 2,7 milhões em 2023 - um corte de 97,4%. Já o orçamento do Inclusão Produtiva Rural, que oferece R\$ 200 a famílias da zona rural beneficiárias do Auxílio Brasil, vai atender apenas 527 famílias. O corte foi de R\$ 25,3 milhões de 2022 para 2023. Hoje, segundo o próprio Ministério da Cidadania, responsável por esses programas, o público alvo é de 600 mil famílias.

Fonte: Condsef



600 mil indústrias fecharam em 4 meses, mas governo diz que economia está “bombando”

A medida eleitoreira de reduzir os preços dos combustíveis pelo menos até 2 de outubro, seguiu a escalada a inflação, apesar de não ter derrubado os preços dos alimentos, mas isso não significa que a economia está “bombando”, como vêm dizendo membros do governo de Jair Bolsonaro (PL), candidato à reeleição.

E são as estatísticas oficiais que provam que o governo não está falando a verdade, segundo análises de especialistas da área econômica.

Se por um lado, o nível de emprego sobe, por outro lado, a maioria é sem carteira assinada e os salários estão cada vez mais baixos; as famílias estão cada vez mais endividadas e as grandes empresas e indústrias capazes de gerar bons empregos, com direitos, estão fechando e as multinacionais estão saindo do Brasil.

Os dados do Ministério da Economia apontam uma onda de redução no número de aberturas de empresas e avanço nos casos de fechamento neste ano. Entre maio e agosto, mais de 600 mil empresas foram fechadas. O volume de empresas fechadas é cerca de 10% maior do que o registrado no quadri-estremte anterior e quase 25% superior ao patamar do mesmo período no ano passado.

O movimento já vinha acontecendo desde 2020, ano em que perdemos 2.865 indústrias, segundo cálculos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgados em julho passado.

A fragilidade da economia do país também pode ser

constatada pelo número de empresas abertas por microempreendedores individuais, em 2021. Do total de 2.016.481 milhões de empresas abertas no país 78,48% foram MEIs. Ou seja, nos últimos três anos, a economia vem cambaleando e sem perspectiva de ajudar a melhorar a vida dos brasileiros.

O que acontece, prossegue, é que de um lado já estamos há um bom tempo sem crescimento; a economia vive um quadro de estagnação com inflação alta e, o governo estimula o consumo por meio por programas sociais.

E dada a dimensão da pobreza, acrescenta o economista, esses recursos vão para bens de consumo não duráveis como alimentação, vestuário, calçado, aluguel, pagar dívidas. “Essas iniciativas são artificiais, de não consumo de bens duráveis, como automóveis, casas, produtos com valores maior do que o salários”, diz o professor.

Desindustrialização é opção de governo

A exportação de produtos primários perdura no Brasil por mais de quatro séculos e a desindustrialização é a ponta do iceberg da instabilidade econômica do país; com a desestruturação do sistema produtivo, que era complexo, diversificado e integrado que praticamente não se produz mais aqui, analisa o economista.



Baixos salários impedem consumo de bens duráveis

O economista acredita que o Brasil fez uma escolha na divisão internacional do trabalho; optou por uma economia de baixos salários com, inclusive, com o governo atual acabando com a Política de Valorização do Salário Mínimo, que durante os governos do PT foi reajustado acima da inflação, com ganho real de 74,33%. Para Pochmann, a reforma Trabalhista, em 2017, de certa maneira consolidou, legalizou o que já estava em curso, após o golpe em 2016.

O economista também credita à reforma da Previdência, aprovada em 2019 na gestão Bolsonaro, a impossibilidade de que os ocupados de hoje se aposentem, e a própria lei geral de terceirização, outro legado do golpe, liberou a selvageria no mercado, derrubando ainda mais o poder de compra das famílias e, portanto, a capacidade de consumo de bens duráveis.

Matéria completa em: cut.org.br/noticias